

# COOPERATIVA DE ENERGIZAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO MOGI.

## ESTATUTO SOCIAL

### CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO, NATUREZA CIVIL E EXERCÍCIO SOCIAL

**Artigo 1º** - A sociedade cooperativista singular, constituída em 05 de abril de 1.964, regida por disposições legais e deste Estatuto, tem:

**I** - denominação de Cooperativa de Energização e de Desenvolvimento do Vale do Mogi e sigla CERVAM;

**II** - sede, administração e foro em Porto Ferreira, Estado de São Paulo;

**III** - área de ação, para efeito de admissão de associados, circunscrita aos municípios de Porto Ferreira, Descalvado, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Pirassununga e Aguai, do Estado de São Paulo;

**IV** - prazo de duração indeterminado;

**V** - natureza civil, sem fins lucrativos;

**VI** - exercício social coincidente com o ano civil.

### CAPÍTULO II DO OBJETO SOCIAL

**Artigo 2º** - A sociedade tem por objeto a cooperação, para o proveito comum de atender de modo eficiente as necessidades de seu quadro associativo, no campo da energização, através da prestação direta de serviços.

**§ 1º** - Constituem meios para atingir o objeto a geração, aquisição, transformação e distribuição de energia elétrica para propriedades, estabelecimentos industriais, comerciais e residências de seus associados e de público indistinto;

**§ 2º** - No cumprimento do objetivo de suprimento de energia elétrica, principalmente a seus sócios, buscando através de compromisso mútuo, o desenvolvimento da sociedade pela utilização dos recursos humanos, materiais logísticos, técnicos e tecnológicos disponíveis, observadas as normas legais que regem o cooperativismo, o setor elétrico nacional, bem como as demais inerentes à sua atividade;

**Artigo 3º** - Como atos inerentes às suas finalidades, em sua área de operação, poderá a sociedade, a fim de dispor de serviços para prover as necessidades dos beneficiários:

**I** - distribuir energia elétrica, em baixa ou alta tensão;

**II** - implantar, manter e explorar linhas de distribuição de energia elétrica;

**III** - contratar com terceiros, quando conveniente, a operação e manutenção de suas linhas e redes de distribuição, bem como os demais serviços desenvolvidos pela cooperativa;

**IV** - aplicar a legislação estabelecida por órgão competente;

**V** - construir, manter e explorar subestações, linhas de distribuição de energia elétrica na área de permissão;

**Parágrafo único** - Na hipótese da alínea c do inciso I, serão aplicadas aos cooperados todas as condições tarifárias estabelecidas nas portarias de tarifas ou legislação pertinente.

**Artigo 4º** - Para atender os seus objetivos a sociedade poderá:

**I** - adquirir materiais para atender suas finalidades;

**II** - utilizar suas instalações para prestação de serviços mediante compartilhamento;

**III** - financiar, observadas as condições pertinentes, com recursos próprios ou de terceiros, a instalação de centrais geradoras, redes, linhas, ramais, subestações, cabinas, disjuntores, religadores e outros equipamentos elétricos, eletrônicos que forem necessários;

**IV** - proporcionar serviços a não associados, desde que atenda aos objetivos sociais e esteja de acordo com a legislação cooperativista em vigor.

**§ 1º** - No financiamento para a execução dos serviços de instalações de redes, linhas, ramais ou acessórios, será exigida garantias reais do beneficiário.

**§ 2º** - Os resultados das operações com não associados, mencionados no inciso IV, serão levados à conta do "Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social" e contabilizados em separado, de modo a permitir cálculos para incidência de tributos.

**Artigo 5º** - A sociedade poderá, ainda:

**I** - fomentar entre os associados o emprego de energia elétrica, incentivando suas diferentes aplicações ou difundindo suas técnicas de utilização;

**II** - promover a educação cooperativista do quadro social;

**III** - participar de campanhas de expansão do cooperativismo;

**IV** - integrar outras cooperativas de qualquer grau, singulares ou centrais, federações ou confederações, e outras sociedades privadas, para a formação de parcerias ou consórcios.

### **CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS**

**Artigo 6º** - Poderão associar-se todas as pessoas sediadas, estabelecidas ou residentes na sua área de operação, em terras de sua propriedade, arrendadas, de parceria ou ocupadas por processos legítimos, e demais pessoas que, localizadas na área de atuação, concordem com o presente Estatuto e não se dediquem a atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da sociedade.

**§ 1º** - No ato de admissão, o candidato deverá:

a) comprovar sua situação legal sobre o imóvel;

b) apresentar certidões negativas, dos últimos cinco anos, relativas

a:

1 - protesto;

2 - de condenação em ações cíveis e criminais;

3 - imposto de renda;

c) fornecer cópias autenticadas de cédula de identidade, cartão de identificação de contribuinte do imposto de renda e comprovante de residência;

d) não possuir restrição nos serviços de proteção ao crédito;

**§ 2º** - O número de associados é ilimitado quanto ao máximo, não podendo porém ser inferior à vinte pessoas físicas.

**Artigo 7º** - Para associar-se, o candidato preencherá a proposta de admissão fornecida pela sociedade, assinando-a juntamente com dois associados proponentes.

**Parágrafo único** - Verificadas as declarações constantes da proposta e aprovada esta pelo Conselho de Administração, o candidato assinará, juntamente

com o Presidente, o livro ou ficha de matrícula e subscreverá e integralizará as quotas partes de capital com que deverá participar da sociedade.

**Artigo 8º** - Cumprido o que dispõe o artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume todas as obrigações decorrentes da condição de associado.

**Artigo 9º** - O associado tem direito a:

- I** - usufruir dos serviços colocados à sua disposição;
- II** - compartilhar das sobras auferidas na forma prevista neste Estatuto;
- III** - participar dos trabalhos de Assembléia Geral, discutindo e votando as matérias nela tratadas, observadas as restrições impostas por este Estatuto;
- IV** - propor ao Conselho de Administração medidas de interesse da sociedade;
- V** - ser eleito, se pessoa física, para qualquer cargo do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, desde que atendidos os requisitos estatutários de elegibilidade;
- VI** - interpor recurso na forma deste Estatuto;
- VII** - demitir-se da sociedade quando lhe convier, desde que quite com suas obrigações pessoais;
- VIII** - solicitar, por escrito, qualquer informação sobre atividades da sociedade;
- IX** - consultar na sede social, dentro do mês que anteceder a Assembléia Geral Ordinária, o balanço geral, documentos e livros;
- X** - examinar, a qualquer tempo, na sede social, os registros constantes do livro ou ficha de matrícula.

**Artigo 10** - O associado se obriga a:

- I** - cumprir disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações da Assembléia Geral e dos órgãos de administração;
- II** - subscrever e integralizar quotas partes de capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que foram estabelecidos;
- III** - satisfazer, pontualmente, seus compromissos para com a sociedade;
- IV** - pagar sua parte nas perdas apuradas em balanço, na proporção das operações que houver realizado com a sociedade, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;
- V** - prestar à sociedade esclarecimentos sobre suas atividades relacionadas com a utilização de energia elétrica;
- VI** - zelar pelo patrimônio moral e material da sociedade, colocando os interesses sociais acima do individual;
- VII** - permitir à sociedade:
  - a)** transitar livremente por seu imóvel, para realização de serviços preliminares e topográficos ligados à implantação da rede de eletrificação;
  - b)** atravessar com linhas de distribuição de energia elétrica, no traçado tecnicamente mais conveniente, dentro de uma faixa de terra de quinze metros de largura, independente de qualquer pagamento;
  - c)** adentrar em seu imóvel para os trabalhos de inspeção e manutenção da rede e equipamentos;
  - d)** abster-se de edificar ou plantar sob as linhas construídas, excetuadas as culturas rasteiras ou de pequeno porte, de tal forma que não venham a prejudicar as finalidades relacionadas com a geração, distribuição de energia elétrica e com a manutenção das linhas.

**Parágrafo único** - A permissão de que trata este inciso é de caráter irrevogável e irretratável subsistindo perante seus herdeiros e sucessores.

**Artigo 11** - As obrigações contraídas com a sociedade e as decorrentes de sua responsabilidade como associado, em face a terceiro,:

**I** - estendem-se, solidariamente, a condômino do imóvel do associado que figura como primeiro nomeado na matrícula, e ainda a cônjuge dos comunheiros e herdeiros destes;

**II** - passam aos herdeiros ou sucessores do associado falecido.

**Artigo 12** - Será a responsabilidade do associado:

**I** - pelos compromissos da sociedade, limitada ao valor das quotas partes de capital por ele subscrito;

**II** - para com:

**a)** a sociedade, proporcional ao montante das perdas estabelecidas de acordo com as obrigações com ela realizadas;

**b)** terceiros, como membro da sociedade:

**1** - reclamável somente depois de juridicamente exigida da sociedade;

**2** - durável, para os que saírem da sociedade, até quando aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento.

**Artigo 13** - As obrigações contraídas pela sociedade para a implantação ou modificação de redes, linhas, ramais ou acessórios solicitadas por associado serão deste exigíveis caso venha a desistir do benefício.

**Artigo 14** - Demissão é o ato voluntário de saída da sociedade, expresso através de comunicado escrito dirigido ao Presidente e por este levado ao conhecimento do Conselho de Administração em sua primeira reunião, para averbação e assinaturas no livro ou ficha de matrícula.

**Artigo 15** - Eliminação é a forma de saída do quadro quando o associado praticar infração consistente em:

**I** - descumprir qualquer dos deveres estatutários;

**II** - exercer qualquer atividade considerada prejudicial à sociedade, ou que colida com seus objetivos;

**III** - praticar atos desonrosos ou desabonadores, para si ou para sociedade no conceito público;

**IV** - infringir normas fixadas para a utilização de energia elétrica;

**V** - compelir a sociedade a atos judiciais para obter satisfação das obrigações por débitos próprios ou por ele garantidos;

**VI** - deixar pelo prazo de até noventa dias consecutivos de satisfazer os compromissos para com a sociedade.

**Parágrafo único** - Na hipótese do inciso VI serão desmontadas as linhas e retirados os ramais instalados, correndo as respectivas despesas por conta do eliminado.

**Artigo 16** - A eliminação será decidida pelo Conselho de Administração e o motivo que a ocasionou lavrado no livro ou ficha de matrícula e assinado pelo Presidente.

**§ 1º** - Cópia autêntica do termo de eliminação será remetida ao associado, dentro de trinta dias, por meio comprobatório da remessa e recebimento.

**§ 2º** - O eliminado poderá, dentro do prazo de trinta dias, contados da data do recebimento da comunicação, interpor recurso que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral Ordinária.

**Artigo 17** - A exclusão é o modo de saída do associado em razão de:

**I** - dissolução da sociedade;

**II** - falecimento;

**III** - incapacidade civil não suprida;

**IV** - transmissão ou perda do direito sobre o imóvel que originou o ingresso na sociedade;

**V** - deixar de atender, por qualquer outra forma, aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na sociedade.

**Artigo 18** - A qualidade de associado, para o demitido, eliminado ou excluído, somente termina na data do julgamento pela Assembléia do balanço e contas do exercício em que ocorreu a saída.

**Artigo 19** - A demissão, eliminação ou exclusão do associado não o exime do cumprimento das obrigações que lhe caibam nos investimentos financeiros para a construção da rede, linhas, ramais ou acessórios de que participe.

**Artigo 20** - No caso de alienação da propriedade, os direitos, obrigações e quotas poderão pertencer ao adquirente, desde que ingresse no quadro social da sociedade, mediante termo de concordância entre o alienante e adquirente e anuência da sociedade nos termos deste Estatuto.

**Parágrafo único** - Ocorrendo a transmissão prevista neste artigo, o Conselho de Administração determinará a taxa a ser paga pelo novo associado no ato de seu ingresso na sociedade.

#### **CAPÍTULO IV DO CAPITAL SOCIAL**

**Artigo 21** - O capital social:

**I** - será representado:

**a)** pela importância resultante da subscrição de quotas partes;

**b)** pelas sobras nele convertidas;

**c)** pela retenção do percentual fixado sobre movimento financeiro do associado;

**II** - é:

**a)** ilimitado quanto ao máximo, variável de acordo com o número de quotas partes subscritas, não podendo, entretanto, ser inferior a R\$6.000,00 (seis mil reais);

**b)** dividido em quotas partes no valor equivalente a uma unidade de moeda corrente.

**Artigo 22** - O capital social será composto de quotas partes de capital:

**I** - subscrita em número proporcional à demanda do associado e não inferior ao que for calculado com base no orçamento elaborado para dotar sua propriedade de energia elétrica.

**II** - integralizada de uma só vez, à vista ou em prestações mensais sucessivas corrigidas monetariamente, a critério do Conselho de Administração, sendo a primeira quando da subscrição das quotas;

**III** - ampliada, obrigatoriamente, em número correspondente ao do custo dos investimentos complementares necessários ao atendimento do aumento de consumo de energia elétrica, constatado pela sociedade ou solicitado pelo associado;

**IV** - indivisível;

**V** - transferível, juntamente com direitos e obrigações, somente a associados;

**VI** - inegociável e nem poderá constituir-se em objeto de garantia;

**VII** - escriturada, no livro ou ficha de matrícula, a subscrição, realização, movimento, transferência e restituição.

**§ 1º** - As prestações mensais sucessivas correspondentes à integralização de quotas partes relativas a subscrição ou aumento, com os respectivos juros,

serão representadas por notas promissórias, emitidas pelo associado, em favor da sociedade.

**§ 2º** - Na hipótese do inciso V, a transferência deverá ser requerida ao Conselho de Administração, que fixará a correspondente taxa.

**Artigo 23** - Não poderá a quota parte ser:

**I** - transferida ou subscrita em número inferior a cento e cinquenta;

**II** - superior a um terço do capital social existente no momento;

**III** - objeto de distribuição de qualquer espécie de benefício, exceto juros, até o máximo de doze por cento ao ano, sobre a parte integralizada, se houver sobras;

**IV** - de mais de um titular.

**Artigo 24** - Não satisfazendo o associado a integralização na forma e condições estabelecidas, a sociedade deverá promover, por via extrajudicial ou judicial, a cobrança do valor devido, acrescido de todas as despesas decorrentes.

**Artigo 25** - Na retirada das quotas partes capitalizadas por quem sair da sociedade, será retido o valor relativo a sua dívida para com a sociedade e o correspondente à sua responsabilidade pela participação nos débitos da sociedade, até o julgamento das contas do exercício em que se deu a sua saída.

**Parágrafo único** - A responsabilidade do associado referida neste artigo passa aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

**Artigo 26** - As sobras ou perdas apuradas no balanço geral do exercício serão partilhadas entre os associados, proporcionalmente à usufruição que cada um teve nos serviços prestados pela sociedade, após o julgamento pela Assembléia Geral.

**Parágrafo único** - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número significativo, ou de modo a ameaçar a estabilidade econômico-financeira da sociedade, a retirada das quotas partes de capital efetuar-se-á em parcelas que forem definidas pelo Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE**

**Artigo 27** - São órgãos da sociedade:

**I** - a Assembléia Geral;

**II** - o Conselho de Administração;

**III** - o Conselho Fiscal.

### **SEÇÃO I DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**Artigo 28** - A Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade, dentro dos limites legais e estatutários, com poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao seu desenvolvimento e defesa, cujas deliberações obriga também ausentes e discordantes.

**Artigo 29** - Constitui-se a Assembléia Geral dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

**Artigo 30** - Além da competência geral decorrente dos poderes constantes do artigo 28, cabe à Assembléia Geral:

**I** - eleger ou destituir membro do Conselho de Administração e do Fiscal;

**II** - designar Conselheiros provisórios, quando ocorrerem destituições que possam afetar a regularidade da administração ou fiscalização da sociedade, até a posse de novos, eleitos no prazo máximo de trinta dias;

**III** - julgar, em última instância, recurso interposto por associado;

**IV** - deliberar sobre:

**a)** relatório de gestão, balanço geral, demonstrativo da conta sobras e perdas apuradas, parecer do Conselho Fiscal e plano de trabalho do ano em curso;

**b)** destinação do restante das sobras líquidas apuradas, aplicando-as, isolada ou cumulativamente, em:

**1** - distribuição entre os associados;

**2** - aumento de capital;

**3** - a fundo já existente;

**c)** forma de rateio das perdas verificadas;

**d)** valor do *pro labore* ou verba de representação para o Presidente e o Secretário, e das cédulas de presença para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal por comparecimento a reuniões;

**e)** resolução do Conselho de Administração;

**f)** alienação ou oneração de imóvel destinado a cumprimento do objetivo social;

**g)** qualquer outro assunto de interesse social;

**h)** criação de fundo;

**V** - decidir a respeito de:

**a)** reforma do Estatuto;

**b)** dissolução, fusão, incorporação, cisão, desincorporação ou desmembramento da sociedade;

**c)** mudança do objeto social;

**d)** extinção da sociedade;

**e)** contas do liquidante;

**VI** - escolher processo de votação, quando não obrigatório o secreto.

**Artigo 31** - Será a Assembléia Geral:

**I** - ordinária, a que se realiza anualmente até o mês de março, para tratar das matérias referidas nos incisos I a IV do artigo anterior;

**II** - extraordinária, a realizável a qualquer tempo, por:

**a)** solicitação do Conselho de Administração ou do Fiscal;

**b)** a requerimento, contendo nomes e números de matrículas, de pelo menos um quinto dos associados em pleno gozo de seus direitos.

**Parágrafo único** - É de competência exclusiva da Assembléia Geral Extraordinária deliberar sobre as matérias constantes do inciso V do artigo 30.

**Artigo 32** - A Assembléia Geral, de conformidade com sua espécie, será convocada:

**I** - pelo:

**a)** Conselho de Administração, representado por seu Presidente;

**b)** Conselho Fiscal, pela maioria de seus membros efetivos;

**c)** mínimo de quatro do um quinto dos subscritores de requerimento para sua realização, que o órgão de administração ao qual solicitado não atendeu, dentro de trinta dias;

**II** - através de edital, publicado na imprensa local e no quadro próprio de comunicações existente na sede da sociedade, e de expediente endereçado aos associados; em todas as hipóteses com pelo menos quinze dias de antecedência.

**Parágrafo único** - Constará obrigatoriamente do instrumento convocatório:

**I** - denominação da sociedade, seguida da expressão “Convocação da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária”;

**II** - dia e hora de cada convocação e local de sua realização que, salvo motivo justificado, será na sede social;

**III** - disposição das matérias da ordem do dia;

**IV** - número de associados existentes na data da expedição, para efeito do cálculo do quorum de instalação;

**V** - assinatura de quem convoca.

**Artigo 33** - Exceto nas hipóteses do artigo seguinte, a Assembléia Geral, se instala, na data e horário aprazados, com a presença de dois terços dos associados, metade e mais um e dez no mínimo, em primeira, segunda ou terceira convocação, respectivamente.

§ 1º - O prazo entre uma e outra convocação será de uma hora.

§ 2º - O quorum de cada convocação será verificado através da contagem das assinaturas lançadas no instrumento de presença, entre os termos de abertura e de encerramento.

**Artigo 34** - Para deliberar sobre as matérias constantes das alíneas **b** a **e** do inciso V do artigo 30, a Assembléia Geral só poderá instalar-se com presença mínima de vinte pessoas físicas.

**Artigo 35** - Mesa Diretora conduzirá os trabalhos da Assembléia Geral e decidirá, pela maioria de seus componentes, qualquer questão suscitada.

§ 1º - Comporão a Mesa Diretora:

**I** - o Presidente do Conselho de Administração, e, na sua ausência, associado escolhido pelo plenário, para dirigi-la;

**II** - o Secretário da sociedade ou seu substituto e, na ausência de ambos, associado convidado pela presidência;

**III** - os demais ocupantes de cargos sociais presentes.

§ 2º - Está impedido de integrar a Mesa:

**I** - quem tenha interesse pessoal em matéria a ser deliberada;

**II** - candidato a cargo de conselheiro, em eleições.

§ 3º - Nas Assembléias Gerais não convocadas pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por associado escolhido na ocasião e secretariadas por outro convidado pelo primeiro, compondo também a Mesa Diretora os principais responsáveis pela convocação.

**Artigo 36** - Ao Presidente da Mesa Diretora compete:

**I** - organizar o plenário;

**II** - abrir, presidir, suspender, levantar e encerrar Assembléia;

**III** - submeter à Mesa questão de ordem, reclamação e interpretação do Estatuto;

**IV** - manter a ordem dos trabalhos;

**V** - conceder ou negar a palavra;

**VI** - interromper o orador que se desviar da matéria em debate ou pronunciar-se de modo desrespeitoso, advertindo-o, e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra;

**VII** - convidar a retirar-se do plenário aquele que perturbar a ordem;

**VIII** - chamar a atenção do orador, ao se esgotar o tempo a que tem direito;

**IX** - estabelecer o ponto da questão sobre que deva ser feita votação e como fazê-la;

**X** - anunciar o resultado das votações;

**XI** - determinar, em qualquer fase dos trabalhos, que se proceda à conferência de presença;



**XII** - votar, em caso de empate.

**Artigo 37** - Formada a Mesa Diretora, serão etapas da Assembléia:

**I** - abertura dos trabalhos;

**II** - encerramento no instrumento de presença;

**III** - anúncio da ordem do dia;

**IV** - síntese explicativa dos assuntos;

**V** - discussão e votação pelo plenário, mediante o processo escolhido, de cada matéria não sujeita ao secreto, com divulgação da deliberação;

**VI** - convocação de três escrutinadores sem interesse pessoal se:

**a)** houver matéria sujeita a votação secreta;

**b)** decidir o plenário por esse processo;

**VII** - proclamação do resultado de votação secreta;

**VIII** - posse dos membros dos Conselhos, quando se realizar eleição;

**IX** - suspensão dos trabalhos para lavratura de sua ata;

**X** - aprovação da ata;

**XI** - encerramento;

**XII** - assinatura da ata circunstanciada pela Mesa Diretora, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal presentes, por uma Comissão de cinco associados designada pela Assembléia, escrutinadores, se convocados, e pelos demais que queiram fazê-lo.

**§ 1º** - Os trabalhos se limitarão às matérias constantes do instrumento de convocação da Assembléia Geral.

**§ 2º** - Poderá haver intervalo entre as etapas dos trabalhos, se conveniente a suspensão.

**Artigo 38** - O plenário manifesta sua vontade deliberativa através do voto.

**Artigo 39** - O direito de voto só poderá ser exercido por quem estiver quite com suas obrigações sociais.

**Parágrafo único** - Cada associado, não terá direito a mais de um voto, qualquer que seja o número de suas quotas partes de capital.

**Artigo 40** - Não poderá votar o associado:

**I** - interessado pessoalmente na deliberação;

**II** - admitido depois da convocação da Assembléia Geral;

**III** - empregado da sociedade, perdurando o impedimento até que seja aprovada a prestação de contas da administração do ano social em que exerceu função;

**Parágrafo único** - É dever daquele que se considerar impedido de votar, comunicar essa circunstância à presidência, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum de deliberação.

**Artigo 41** - Os Conselheiros não poderão votar na prestação de contas e na fixação de sua verba remuneratória.

**Artigo 42** - As deliberações da Assembléia serão tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes, nas matérias referidas nos incisos de I a IV e VI; e, de dois terços, nas hipóteses das alíneas do inciso V, todas do artigo 30.

**Artigo 43** - Constituem processos de votação o:

**I** - simbólico;

**II** - nominal;

**III** - secreto.

**Artigo 44** - Pelo processo simbólico, a presidência, ao enunciar a votação de matéria, solicitará aos favoráveis à sua aprovação a assim se manifestarem, através do gesto proposto para exprimir concordância.

**Artigo 45** - O processo nominal consiste na manifestação do voto de maneira oral, mediante resposta *sim* ou *não*, segundo seja favorável ou contrário à aprovação da matéria em deliberação.

**Artigo 46** - No processo secreto, o voto será expresso em cédula, rubricada pelos escrutinadores, contendo os elementos necessários que possibilitem manifestação sobre a matéria, depositada em urna.

**Parágrafo único** - A votação será por escrutínio secreto:

**I** - na eleição de Conselho, salvo se existir uma única chapa;

**II** - no julgamento do processo de destituição de membro de qualquer dos Conselhos;

**III** - nos casos das alíneas de **b** a **e** do inciso V do artigo 30.

**Artigo 47** - Prescreve em quatro anos a ação para anular as deliberações da Assembléia Geral viciada em erro, dolo, fraude ou simulação, bem como infração a lei ou ao Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembléia foi realizada.

## **SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 48** - O Conselho de Administração é o órgão de administração mandatário da Assembléia Geral, executor das medidas relacionadas ao cumprimento dos fins da sociedade.

**Artigo 49** - O Conselho de Administração, como corpo executivo do órgão, com direito a voto, constitui-se de nove membros efetivos, nas funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e vogais, em número de seis, eleitos para um mandato de quatro anos.

**§ 1º** - É obrigatória a renovação de três membros do Conselho de Administração a cada mandato.

**§ 2º** - O órgão operará com os remanescentes, em caso de vacância de até quatro membros.

**§ 3º** - Superado o número de vagas referido no parágrafo anterior, será convocada Assembléia Geral Extraordinária, para eleição de Conselheiros para complementação do órgão.

**§ 4º** - Os substitutos exercerão o cargo somente até o final do mandato dos seus antecessores.

**Artigo 50** - Compete ao Conselho de Administração, quanto:

**I** - à Assembléia Geral:

**a)** deliberar sobre sua convocação, local, dia, horário e matérias específicas da ordem do dia;

**b)** prover dos meios necessários à sua realização;

**c)** encaminhar recurso de associado contra decisão sua;

**d)** propor:

**1** - criação, aplicação e extinção de fundos especiais, inclusive rotativos;

**2** - aumento do capital social, após parecer do Conselho Fiscal;

**3** - alienação ou oneração de imóvel não destinado a cumprimento do objeto social;

**4** - qualquer matéria de interesse social;

**II** - ao Conselho Fiscal, convocá-lo;

**III** - a associado:

**a)** estabelecer normas para:

**1** - ingresso e documentação exigível;

**2** - subscrição, integralização, forma e condições de retirada de quotas partes de capital;

**b)** deliberar sobre:

**1** - proposta de admissão;

**2** - saída;

**3** - cessão de direitos e obrigações entre associados;

**c)** promover sua convocação, para o fim que a determinou;

**d)** exigir:

**1** - cumprimento integral de obrigação, decorrente de atividade social, instituída por órgão de administração;

**2** - suficiente e regular garantia, real ou fidejussória, em razão de débito existente ou crédito a ser aberto;

**e)** aplicar sanção ou penalidade por infração ao Estatuto, a regimentos ou a regra de bom relacionamento social;

**f)** fixar sanções para fraudes ou abusos cometidos por ligações clandestinas e para outras infrações das normas de utilização de energia elétrica, inclusive os casos de corte ou cessação de serviços;

**g)** solicitar-lhe esclarecimentos;

**IV** - a serviços e operações:

**a)** fixar normas para o fornecimento de energia elétrica aos associados, estabelecendo tarifas, taxas e demais condições necessárias à sua efetivação;

**b)** determinar taxa destinada a cobrir os encargos de serviços administrativos, entre eles, os de transferência de quotas partes;

**c)** avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários;

**d)** estimar previamente a rentabilidade e viabilidade;

**e)** conhecer seu desenvolvimento, orientado por relatórios e outros informes, para manter melhor desempenho;

**f)** estabelecer:

**1** - sua estrutura orgânica, com definição de seu objeto e finalidade;

**2** - critérios para atender despesa e seu controle;

**3** - preceitos sobre limite de crédito;

**4** - regras para inadimplência;

**g)** nortear a limitação de estoque, com o fim de salvaguardar o capital de giro e a estabilidade econômico-financeira social;

**h)** orientar a forma de captação de recursos financeiros, para atender necessidade social;

**i)** elaborar e divulgar as diretrizes para desenvolvê-los, fixadas em plano, no qual se demonstre viabilidade e meios para atingir metas;

**V** - ao quadro empregatício:

**a)** dispor sobre:

**1** - sua estrutura, atribuições, remuneração, plano de carreira e de ascensão;

**2** - requisitos de admissibilidade;

**b)** normatizar:

**1** - disciplina funcional e fluxograma de serviços;

**2** - concessão de benefícios;

**c)** admitir e demitir gerente e técnico em contabilidade;

**d)** designar o substituto que o gerente indicar para substituí-lo em seus impedimentos eventuais;

**e)** julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;

**f)** avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores;

**VI** - a atribuições gerais:

**a)** escolher substituto para Diretor, em casos de:

**1** - extinção de mandato;

**2** - interesse da sociedade;

**b)** atuar de modo a ser atingido o objeto social;

**c)** cumprir e determinar a observância das normas estatutárias, deliberações da Assembléia Geral e regimentos;

**d)** atender legislação cooperativista, fiscal, trabalhista e social;

**e)** difundir o espírito cooperativista;

**f)** recomendar providências quanto ao estado econômico-financeiro social;

**g)** elaborar o Regulamento Interno da sociedade;

**h)** fixar:

**1** - percentual de remuneração da quota parte de capital, quando houver sobras, até o limite de doze por cento ao ano, a título de juros;

**2** - percentagem a ser subtraída das sobras líquidas, para o capital de giro da sociedade;

**3** - importância máxima que pode ser mantida em caixa;

**4** - despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;

**5** - percentuais anuais para a constituição de reservas destinadas a cobrir a depreciação dos valores que compõem o ativo permanente e eventuais créditos duvidosos;

**i)** deliberar sobre:

**1** - forma de devolução de quotas partes de capital integralizadas a associado que deixar o quadro, quando representar ameaça à estabilidade social;

**2** - retenção do percentual de um a três por cento do movimento financeiro de associado, para aumento do capital social;

**j)** projetar programa de:

**1** - administração;

**2** - finança;

**3** - organização e método;

**4** - cronograma;

**5** - meio, qualidade, quantidade, preço, valor ou tarifa, vantagem, concessão, abatimento ou desconto, prazo e vencimento, percentagem e taxa, juro, atualização monetária, rentabilidade e encargos;

**6** - geração, suprimento e fornecimento;

**7** - crédito e financiamento;

**8** - incremento e fomento;

**9** - assistência técnica;

**10** - nível de comprometimento;

**11** - manutenção e conservação;

**12** - segurança, securidade e saúde;

**13** - publicidade ou divulgação;

**14** - estímulo, multiplicidade, diversificação e expansão social;

**15** - flexibilização;

**16** - terceirização ou participação;

**17** - integração da família dos associados e empregados na vida associativa;

**18** - comemoração, festividade, recreação, assistência e desportos, a associado, empregados e familiares;

**l)** decidir sobre:

**1** - área de operação da sociedade;

**2** - imobilização;

**3** - aplicações do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;

**m)** resolver sobre:

**1** - alienação ou oneração de bem advindo de ato operacional;

**2** - aquisição, alienação ou oneração de bem móvel não caracterizado no item 24 do inciso II do artigo 54;

**n)** autorizar:

**1** - doação de pouca monta a entidade filantrópica ou assistencial da área de atuação social;

**2** - negócio com Conselheiro que não configure ato cooperativo;

**3** - locação;

**4** - empréstimo para custeio ou investimento social, com ou sem garantia;

**5** - cessão de direito ou crédito, ou sobre eles transigir ou transacionar, com manifesto interesse social;

**6** - contratação de assessoria, consultoria, auditoria e profissionais, permanente ou independente;

**o)** constituir:

**1** - comissão sindicante;

**2** - comissão especial, para o fim que a determinou;

**p)** julgar:

**1** - recursos, nos termos deste Estatuto;

**2** - pedido escrito de justificação de falta a reunião por parte de Conselheiro;

**q)** outorgar incumbência, a associado ou não;

**r)** inspecionar a atuação de divisões, departamentos, seções e unidades;

**s)** prestar homenagem;

**t)** conferir título honorífico ou prêmio;

**u)** determinar aos Diretores o cumprimento de decisões outras não especificadas neste artigo;

**v)** apreciar os atos dos Diretores.

**§ 1º** - As decisões do Conselho de Administração serão consignadas em ata e divulgadas sob a forma de normas, ordens, instruções ou resoluções, obrigando a quem se destinam.

**§ 2º** - O Conselho de Administração poderá assessorar-se de gerente e técnico em contabilidade, para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir.

**Artigo 51** - Os membros do Conselho de Administração serão empossados na forma prevista no artigo 96.

**Parágrafo único** - Os empossados terão o prazo de dez dias, contados da posse, para apresentarem suas declarações patrimoniais.

**Artigo 52** - O mandato do Conselho de Administração inicia-se na data da Assembléia Geral Ordinária em que se deu sua eleição e posse, e termina na que se realizar no quarto ano posteriormente àquela, com a posse dos eleitos.

**Artigo 53** - Apenas dois terços dos membros do Conselho de Administração poderá concorrer a mandato subsequente.

**Artigo 54** - São atribuições:

**I** - privativas, do

**a)** Diretor Presidente:

**1** - representar o órgão e a sociedade;

**2** - presidir os trabalhos da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, abrir e encerrar o instrumento de registro de presença;

**3** - decidir sobre a composição da ordem do dia de reunião do Conselho de Administração, dia e horário;

**4** - subscrever o ato convocatório da Assembléia Geral e do Conselho de Administração;

**5** - assinar os atos de admissão e saída de associado no livro ou ficha de matrícula;

**6** - instituir Comissão para o exame de chapas apresentadas para eleição dos Conselhos;

**7** - firmar escritura pública aquisitiva;

**8** - designar preposto;

**9** - emitir declaração pela sociedade;

**10** - determinar a movimentação financeira-social;

**11** - ordenar as aplicações em fundos financeiros dos saldos disponíveis em caixa;

**12** - recomendar auditoria interna;

**13** - coletar dados para informar o Conselho de Administração;

**14** - conduzir o programa de relações humanas;

**15** - nomear representante para integrar Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;

**16** - fazer solicitação ou exigência;

**17** - subscrever as nomeações, designações, atribuições, instrução, provimentos, atos, disposições, normas, ordens, circulares, resoluções;

**18** - participar de eventos de interesse da sociedade;

**b)** Diretor Vice-Presidente:

**1** - substituir o Diretor Presidente nos casos de falta e impedimento e suceder-lhe no de vaga;

**2** - inteirar-se das atividades da presidência;

**c)** Diretor Secretário:

**1** - lavrar as atas da Assembléia Geral e do Conselho de Administração;

**2** - divulgar as deliberações da sociedade;

**3** - redigir, enviar e controlar a correspondência do órgão e da sociedade;

**4** - classificar e encaminhar o expediente recebido;

**5** - preparar a Assembléia Geral e reunião do Conselho;

**6** - ter sob sua guarda livros e documentos da secretaria;

**II** - conjuntas do Presidente e Secretário:

**1** - executar o programa de serviços e operações estabelecido pelo Conselho de Administração;

**2** - efetivar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração;

**3** - sugerir planos;

**4** - elaborar o plano contábil de contas, balanço geral, balancete e demonstrativos e relatórios;

**5** - encaminhar à Assembléia Geral a prestação anual de contas dos órgãos de administração e a documentação pertinente às matérias da ordem do dia;

**6** - realizar, mensalmente, o balancete;

**7** - implementar programas estabelecidos pelo Conselho de Administração;

**8** - celebrar acordo;

**9** - contrair obrigação autorizada;

**10** - constituir procurador;

**11** - indicar instituições bancárias para depósito de numerário;

**12** - tomar providências corretivas pertinentes à racionalização dos serviços e operações;

**13** - decidir sobre a conveniência de adquirir bem submetido a alienação judicial;

**14** - assinar título não creditício, certificado e credencial;

**15** - emitir cheques e outros títulos de crédito;

**16** - aceitar, endossar e avalizar títulos de créditos;

**17** - promover recebimentos ou saques;

**18** - contrair empréstimo e financiamento bancário;

**19** - levar a desconto títulos de crédito;

**20** - firmar escritura pública transmissiva de bem social, contrato, compromisso, acordo, mandato;

**21** - oferecer garantia;

**22** - outorgar quitação;

**23** - exigir garantia, real ou fidejussória, e seguro;

**24** - adquirir bens móveis necessários ao desempenho das atividades sociais;

**25** - transigir;

**26** - conceder abatimentos e prorrogação de vencimento;

**27** - efetuar ajustes gerais;

**28** - compor;

**29** - aprovar o pagamento de despesas diversas;

**30** - abrir ou suspender fornecimento ou crédito;

**31** - expedir instrução bancária;

**32** - admitir ou demitir empregado;

**33** - dar autorização;

**III** - de qualquer dos Diretores Presidente e Secretário:

**a)** verificar o cumprimento de medida determinada;

**b)** inspecionar todos os serviços e operações sociais desenvolvidos pelas divisões, departamentos, seções e unidades;

**c)** avaliar o resultado da execução dos sistemas aplicados, para a adoção das medidas cabíveis;

**d)** realizar estudos de viabilidade econômica dos projetos de expansão;

**e)** apresentar estudos informativos ao Conselho de Administração;

**f)** acompanhar o fluxo de caixa;

**g)** informar-se sobre a situação mercadológica e verificar o desempenho das compras, fornecimentos e prestação de serviços;

**h)** conhecer as cobranças e determinar medidas para assegurar o recebimento oportuno dos créditos;

**i)** manter contatos com associados para avaliar suas condições de satisfazer suas obrigações e receber suas postulações;

- j) efetuar conferência;
  - l) pedir quitação;
  - m) levar à cobrança título de crédito e assinar borderô, guia e relação;
  - n) saber sobre os procedimentos administrativos instaurados;
  - o) firmar correspondência inerente às suas atividades;
  - p) propor contratações;
- IV** - dos vogais, substituir o Vice-Presidente e o Secretário em suas faltas e impedimentos.

**Artigo 55** - O Conselho de Administração reunir-se-á, em sua sede social:

**I** - ordinariamente, em dia de cada mês aprazado pelo Presidente;

**II** - extraordinariamente:

**a)** por convocação de seu Presidente;

**b)** a requerimento:

**1** - da maioria de seus membros;

**2** - do Conselho Fiscal;

**3** - de trinta e três associados.

**Artigo 56** - A convocação do Conselho de Administração será feita por seu Presidente, através de expediente endereçado aos integrantes, com pelo menos três dias de antecedência.

**Parágrafo único** - Constará do instrumento convocatório:

**I** - dia e horário da reunião;

**II** - as matérias que serão objeto de deliberação.

**Artigo 57** - A reunião do Conselho de Administração só poderá instalar-se com a presença da maioria absoluta dos membros existentes.

**Artigo 58** - As deliberações do Conselho de Administração se darão pelo voto da maioria dos presentes.

**§ 1º** - Será encerrada a reunião sem deliberações se não mantido o número mínimo de cinco Conselheiros.

**§ 2º** - O Presidente do Conselho de Administração só votará em caso de empate.

**Artigo 59** - Os trabalhos do Conselho de Administração se desenvolvem nas seguintes fases:

**I** - abertura, pelo Presidente;

**II** - apreciação da ata da reunião anterior, encerrando:

**a)** leitura;

**b)** discussão;

**c)** aprovação, com ou sem emenda;

**d)** assinaturas;

**III** - expediente, reunindo sua:

**a)** leitura;

**b)** encaminhamento;

**IV** - avaliação de propostas e informações, compreendendo:

**a)** recepção;

**b)** análise;

**c)** resolução sobre inclusão ou não na ordem do dia da reunião;

**V** - ordem do dia, abrangendo:

**a)** exposição sumária de matérias;

**b)** discussão;

**c)** deliberação;

**d)** proclamação de resultados;

**VI** - franquia do uso da palavra;



**VII** - encerramento.

**§ 1º** - Ausente o Presidente assumirá a direção da reunião o Vice-Presidente e, na falta deste, o Secretário.

**§ 2º** - Não comparecendo nenhum dos Conselheiros referidos no parágrafo anterior, os presentes escolherão um dentre eles para assumir a presidência e a secretaria.

**Artigo 60** - O Conselho de Administração poderá constituir Comitês de Fomento da Eletrificação Rural, compostos de três ou mais membros.

**§ 1º** - Os Comitês poderão ser integrados por associados, técnicos e pessoas conhecedoras da matéria, mas sempre incluirá, no mínimo, um representante do Conselho de Administração, elo com este e coordenador dos trabalhos.

**§ 2º** - Os membros poderão ser substituídos a qualquer tempo, mas serão obrigatoriamente mantidos ou substituídos quando renovada mais da metade dos integrantes do Conselho de Administração.

**Artigo 61** - São atribuições dos Comitês:

**I** - divulgar entre os associados os princípios do cooperativismo, sua história e filosofia;

**II** - esclarecer os associados quanto aos seus direitos e deveres e o funcionamento e administração da sociedade;

**III** - orientar os associados quanto às operações e serviços da sociedade e a forma como podem ser praticadas aquelas e utilizados estes;

**IV** - incumbir-se ou colaborar na promoção das Assembléias Gerais, encarregando-se especialmente dos programas de realizações sociais das mesmas;

**V** - participar de atividades que visem promover a sociedade e o cooperativismo entre os associados;

**VI** - difundir as idéias cooperativistas de ajuda mútua junto a outras entidades, autoridades e o público em geral, noticiando as realizações, possibilidades e projetos da sociedade.

**Artigo 62** - O Conselho de Administração poderá criar, ainda, Comitês Especiais, permanentes ou não, observados os princípios estabelecidos no artigo 60 e parágrafos, para estudar e planejar a solução de questões específicas.

### **SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 63** - O Conselho Fiscal é o órgão incumbido de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da sociedade.

**Artigo 64** - Constituem o Conselho Fiscal:

**I** - três membros efetivos, como corpo executivo do órgão, com direito a voto;

**II** - três membros suplentes, para substituírem os efetivos em caso de falta ou impedimento, e suceder-lhes no de vaga.

**§ 1º** - A ordem de substituição e sucessão pelos suplentes será a mesma que constou da chapa quando das eleições.

**§ 2º** - Em caso de vacância que reduza o órgão a menos de três membros, será convocada Assembléia Geral Extraordinária para eleição de Conselheiros que o complete.

**Artigo 65** - Compete ao Conselho Fiscal examinar:

**I** - os balancetes e demonstrativos sobre as contas apresentadas;

**II** - a prestação anual de contas dos órgãos de administração.

**§ 1º** - A conclusão do Conselho Fiscal constará de parecer.

**§ 2º** - Para o desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal:

**I** - deverá:

**a)** conferir:

**1** - a escrituração;

**2** - o saldo de numerário existente em caixa;

**3** - os saldos bancários em relação aos escriturados;

**4** - a conformidade das despesas com o planejamento, orçamento e decisões;

**5** - a consonância dos serviços e operações prestados, no tocante ao prazo, volume, qualidade, quantidade e valor das projeções aprovadas e as conveniências econômico-financeiras da sociedade;

**b)** averiguar:

**1** - os estoques de materiais, equipamentos e outros bens para constatar a exatidão das quantidades e valores registrados e a eficiência da guarda;

**2** - os inventários periódicos ou anuais quanto à observância das regras aplicáveis ao correto levantamento;

**c)** constatar se ocorrem:

**1** - reclamações de associados quanto aos serviços prestados;

**2** - problemas com empregados;

**d)** certificar se existe exigência ou dever a cumprir;

**e)** constatar se o Conselho de Administração:

**1** - reúne-se regularmente;

**2** - registra vacância;

**f)** verificar se os:

**1** - recebimentos dos créditos são feitos oportunamente;

**2** - compromissos são atendidos com pontualidade;

**g)** informar o Conselho de Administração sobre conclusão de trabalho empreendido;

**h)** denunciar irregularidade constatada, ao Conselho de Administração, à Assembléia Geral ou à autoridade competente;

**i)** convocar:

**1** - o Conselho de Administração;

**2** - a Assembléia Geral se ocorrer motivo grave e urgente;

**j)** julgar pedido escrito de justificação de falta a reunião por parte de Conselheiro;

**II** - poderá:

**a)** verificar livros, documentos e papéis da sociedade;

**b)** solicitar esclarecimentos ao Conselho de Administração;

**c)** ingressar em qualquer dependência da sociedade;

**d)** contratar consultoria ou auditoria;

**e)** promover sindicância.

**Artigo 66** - O Conselho Fiscal será empossado na forma do artigo 96 e seus membros deverão apresentar suas declarações patrimoniais, no prazo de dez dias da posse.

**Artigo 67** - O mandato do Conselho Fiscal tem início na data da Assembléia Geral Ordinária que o elegeu e empossou e encerra-se na que se realizar no primeiro ano subsequente, com a posse dos eleitos.

**Parágrafo único** - Poderá concorrer a mandato imediato somente um terço de seus integrantes.

**Artigo 68** - O Conselho Fiscal terá:

**I** - um Coordenador, a quem compete a direção de seus trabalhos;

**II** - um Secretário, incumbido de lavrar as respectivas atas, redigir e encaminhar toda correspondência do órgão.

**§ 1º** - O Coordenador e o Secretário serão escolhidos pelos membros efetivos do Conselho Fiscal, na primeira reunião realizada após sua posse.

**§ 2º** - Ocorrendo empate será repetida a votação e persistindo este, a escolha recairá nos de matrícula menor, iniciando-se pelo Coordenador.

**Artigo 69** - O Conselho Fiscal reunir-se-á, na sede da sociedade:

**I** - ordinariamente, em dia de cada mês, designado pelo Coordenador;

**II** - extraordinariamente:

**a)** por convocação de seu Coordenador;

**b)** a requerimento:

**1** - de qualquer de seus membros;

**2** - do Conselho de Administração;

**c)** por decisão da Assembléia Geral.

**Artigo 70** - O Conselho Fiscal será convocado por seu Coordenador, mediante comunicação escrita a todos os seus membros, com antecedência mínima de três dias.

**Parágrafo único** - O instrumento de convocação conterà:

**I** - dia e horário da reunião;

**II** - as matérias a serem apreciadas.

**Artigo 71** - A instalação da reunião do Conselho Fiscal só ocorrerá se presentes três membros, efetivos ou suplentes.

**Artigo 72** - O Conselho Fiscal deliberará pelo voto da maioria dos participantes da reunião.

**Artigo 73** - São etapas dos trabalhos do Conselho Fiscal:

**I** - deliberação sobre a ata da reunião anterior;

**II** - apreciação de expediente;

**III** - análise de propostas e informações;

**IV** - decisão sobre as matérias da ordem do dia.

**§ 1º** - O Secretário dirigirá a reunião se ausente o Coordenador.

**§ 2º** - Na falta dos dois Conselheiros referidos no parágrafo anterior, escolherão os presentes um para assumir a Coordenadoria e outro, a Secretaria.

#### **SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA CONJUNTA DOS CONSELHOS**

**Artigo 74** - Compete aos Conselhos, em conjunto, resolver sobre omissões ou dúvidas deste Estatuto.

#### **SEÇÃO V DAS DISPOSIÇÕES COMUNS SOBRE O MANDATO**

**Artigo 75** - Os membros dos Conselhos não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

**Parágrafo único** - A sociedade responderá pelos atos a que se refere o artigo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

**Artigo 76** - Aquele que participar de ato ou operação social em que oculte a natureza jurídica da sociedade, é pessoalmente responsável pela obrigação em nome dela contraída.

**Artigo 77** - A aprovação do relatório de gestão, balanço geral, seus demonstrativos e contas do Conselho de Administração e do parecer do Conselho Fiscal, desonera seus componentes de responsabilidade, ressalvados os casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como a infração da lei ou do Estatuto.

**Artigo 78** - Os Conselheiros, como os liquidantes, equiparam-se aos administradores de sociedade anônima, para os fins de responsabilidade criminal.

**Artigo 79** - A sociedade terá direito de ação para promover a responsabilidade de Conselheiro.

## **SEÇÃO VI DA REMUNERAÇÃO**

**Artigo 80** - O *pro labore* ou verba de representação dos Diretores Presidente e Secretário, e as cédulas de presença dos membros dos Conselhos serão pagas mensalmente.

**§ 1º** - A parcela mensal reservada para atender o pagamento de presenças é para remunerar todas aquelas registradas em reuniões do mês, independentemente de seu número.

**§ 2º** - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal perceberão por presença a reunião importância igual.

**§ 3º** - Os Diretores não receberão por presença a reuniões do Conselho de Administração.

**§ 4º** - Incidirá a contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sobre o *pro labore* dos Diretores Presidente e Secretário.

## **SEÇÃO VII DA EXTINÇÃO DO MANDATO**

**Artigo 81** - São causas de extinção de mandato:

**I** - renúncia;

**II** - deixar de tomar posse sem motivo aceito pelo órgão a que pertença, dentro do prazo de cinco dias da data da última oportunidade para fazê-lo;

**III** - perda, por:

**a)** ausência, sem justa causa, a três reuniões consecutivas, ou seis alternadas durante o ano;

**b)** condenação por crime inafiançável;

**c)** abuso dos poderes que lhe forem confiados;

**d)** negligência na observância de disposições estabelecidas neste Estatuto;

**e)** prática de ato julgado desonroso ou indecoroso;

**IV** - saída do quadro social;

**V** - estabelecimento de relação empregatícia com a sociedade.

**§ 1º** - A declaração de extinção será feita:

**I** - pelo órgão de administração ao qual pertença, nas hipóteses dos incisos I, II e V e das alíneas **a** e **b** do III, deste artigo;

**II** - pela Assembléia Geral nos casos das alíneas **c** a **e** do inciso III do caput;

**III** - pelo Conselho de Administração nas circunstâncias do inciso IV deste artigo.

**§ 2º** - A declaração de extinção por perda com fundamento no inciso III do caput importará na suspensão do direito passivo do voto, pelo prazo de três anos, sem prejuízo à imposição de qualquer penalidade.

**§ 3º** - Terá que se afastar de seu cargo o Conselheiro a ser julgado pela prática de qualquer das infrações referidas nas alíneas **c** a **e** do inciso III deste artigo, até a decisão pelo órgão competente.

### **SEÇÃO VIII**

#### **DA ASSUNÇÃO POR SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL**

**Artigo 82** - Dentro de dez dias da declaração de extinção de mandato de membro efetivo do Conselho Fiscal, será convocado suplente, para completar o mandato deste.

### **SEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

**Artigo 83** - Impede-se a Conselheiro participar de deliberação em que tenha interesse pessoal ou colidente com o da sociedade.

### **CAPÍTULO VI DO PROCESSO ELEITORAL**

**Artigo 84** - São requisitos para associado integrar chapa concorrente à eleição de Conselho:

**I** - estar:

- a) em pleno gozo de seus direitos sociais;
- b) satisfazendo as condições previstas em lei e neste Estatuto;
- c) matriculado há mais de três anos;

**II** - reunir condições de elegibilidade.

**§ 1º** - Há inelegibilidade para:

**I** - pessoa impedida por lei;

**II** - condenado por crime:

- a) falimentar;
- b) de prevaricação, suborno, concussão ou peculato;
- c) contra a economia popular, fé pública ou propriedade;
- d) cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargo

público;

**III** - ocupante de cargo de administração ou fiscalização de pessoa de atividade concorrente com a sociedade;

**IV** - representante de pessoa jurídica;

**V** - admitido no exercício em que se der a eleição;

**VI** - associado empregado, observada a condição estabelecida na parte final do inciso III do artigo 40;

**§ 2º** - Veda-se a:

**I** - constituição de chapa integrada por parentes entre si, até segundo grau em linha reta ou colateral;

**II** - participação em chapa para o Conselho Fiscal de parente, em linhas e grau referidos no inciso anterior, de membro do Conselho de Administração exercendo mandato;

**III** - candidatura para mais de um órgão ou chapa;

**IV** - inscrição de chapa que não atenda requisito de renovação previsto nos § 1º do artigo 49 e parágrafo único do artigo 67.

**§ 3º** - É permitida a composição de uma chapa sem candidatos para um dos Conselhos, quando houver eleições para ambos.

**§ 4º** - Impede-se a Conselheiro que teve extinto seu mandato, com fundamento nos incisos I a III do artigo 81, integrar chapa de qualquer dos Conselhos, antes de decorridos quatro anos da data da extinção do mandato.

**Artigo 85** - O pedido de registro de chapa será:

**I** - feito em formulário próprio, contendo:

**a)** denominação com a qual se candidata;

**b)** nome, número e data de matrícula e cargo para o qual concorre cada integrante;

**c)** assinatura dos candidatos e de pelo menos dez associados abonadores;

**II** - acompanhado de:

**a)** cópias autenticadas da cédula de identidade, e do cartão de identificação de contribuinte e do comprovante de endereço, de cada um;

**b)** instrumento firmado pelo candidato enunciando não incorrer em qualquer restrição do artigo anterior;

**c)** certidões, dos últimos cinco anos:

1- de distribuição acerca de ações cíveis e criminais;

2- emitida pelo cartório de protesto;

3- relativa a imposto de renda;

**III** - recepcionado, desde que contenha candidatos em número igual ao do órgão a que concorre;

**IV** - recebido na sede da sociedade, mediante protocolo, se entregue até as dezessete horas do décimo dia que antecede ao da realização da assembléia;

**V** - registrado no livro de registro de inscrições de chapas.

**Artigo 86** - As chapas apresentadas serão analisadas por Comissão formada por três associados, nomeados pelo Presidente, para, até no dia subsequente ao do encerramento do prazo de inscrição, proferir decisão fundamentada sobre os requisitos de admissibilidade de candidatura.

**§ 1º** - No dia seguinte ao do julgamento, será ele divulgado integralmente, mediante sua afixação no quadro de comunicações existente na sede social, para conhecimento dos interessados.

**§ 2º** - O pretendente que tiver sua candidatura indeferida, poderá, dentro do prazo de um dia, seguinte ao da divulgação, interpor recurso ao Conselho de Administração, que o decidirá no dia posterior e, no outro, dela dará conhecimento, na forma enunciada no § 1º.

**§ 3º** - Improvido o recurso, deverá ser, até cinco dias anteriores ao da assembléia, completada eficazmente a chapa, com a substituição de candidatura indeferida, sob pena dela não participar da eleição.

**Artigo 87** - À chapa registrada em que venha ocorrer falecimento ou renúncia de candidato, desde que não excedente à metade menos um do número que compõe o órgão a que concorre, faculta-se a complementação das vagas com substitutos, até uma hora antes da aprazada para a primeira convocação.

**Parágrafo único** - Superados os limites estabelecidos no caput, a chapa não participará da eleição.

**Artigo 88** - A eleição dos membros do Conselho de Administração ou Fiscal:

**I** - ocorrerá em Assembléia Geral Ordinária realizada em data que permita coincidência da posse dos eleitos com a saída daqueles cujos mandatos se expiram;

**II** - será a última matéria da ordem do dia.

**Artigo 89** - A cédula de votação será única e as chapas registradas nela figurarão na ordem de suas inscrições.

**Artigo 90** - O sufrágio é pessoal e direto.

**Artigo 91** - O votante poderá sufragar apenas uma chapa de Conselho de Administração e de Conselho Fiscal.

**Parágrafo único** - Serão instaladas no local de realização da Assembléia Geral número indispensável de seções necessário ao bom desenvolvimento dos trabalhos.

**Artigo 92** - É nulo o voto que:

**I** - contrarie o disposto no artigo anterior;

**II** - identifique o eleitor;

**III** - não permite concluir a intenção do votante;

**IV** - foi expresso em cédula que sofreu rasura.

**Artigo 93** - Cada chapa poderá nomear um delegado para fiscalização dos processos de votação e apuração.

**Artigo 94** - Havendo empate entre chapas concorrentes, somente elas participarão de um segundo escrutínio, no qual apenas votarão os que, ainda presentes, participaram da primeira.

**Parágrafo único** - Persistindo o empate, serão realizados os escrutínios necessários à definição do pleito, com as chapas referidas neste artigo.

**Artigo 95** - Após o término do anúncio do resultado da apuração sobrevirá a proclamação da eleição da chapa que recebeu maior número de votos.

**Artigo 96** - Conhecidos os eleitos, a presidência, em nome da Assembléia Geral, empossará aqueles presentes que, no primeiro dia útil seguinte, darão posse aos ausentes da assembléia.

## **CAPÍTULO VII DO BALANÇO, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS**

**Artigo 97** - As sobras ou perdas apuradas no balanço geral do exercício serão partilhadas entre os associados, proporcionalmente à usufruição que cada qual teve nos serviços.

**Artigo 98** - Das sobras anuais verificadas em cada setor de atividade serão deduzidos os percentuais de:

**I** - dez por cento para o Fundo de Reserva;

**II** - cinco por cento, para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social;

**III** - dez por cento, para o Fundo de Desenvolvimento.

**Artigo 99** - Do restante da sobra serão subtraídos ainda porcentagens de:

**I** - aquele fixado para remuneração de quota parte de capital;

**II** - o estabelecido para outros fundos criados.

**Artigo 100** - Fundo de:

**I** - Reserva, tem por fim a recomposição de perdas e atendimento do desenvolvimento da atividade social;

**II** - Assistência Técnica Educacional e Social, destina-se ao amparo do associado, seus familiares e empregados da sociedade;

**III** - Desenvolvimento, tem por finalidade a solidificação e fortalecimento da sociedade.

**§ 1º** - Os Fundos referidos nos incisos I a II são indivisíveis entre os associados.

**§ 2º** - Irão para o Fundo referido no inciso II, além do percentual de dedução estabelecido no inciso II do artigo 98:

**I** - crédito não reclamado há mais de cinco anos de sua constituição;

**II** - auxílio e doação sem destinação especial;

**III** - percentual cobrado nas transferências de quotas partes;

**IV** - rendas de qualquer natureza resultantes de ato não cooperativo;

**V** - resultados de:

**a)** fornecimento de bens e serviços a quem não pertença ao quadro social;

**b)** participação da sociedade em outras não cooperativas, públicas ou privadas.

**Artigo 101** - Além da correção monetária do capital social, integra a Reserva de Equalização outros saldos remanescentes de correções ou reavaliações.

**Artigo 102** - É inexigível por associado a participação nos Fundos de Reserva; de Assistência Técnica, Educacional e Social; de Desenvolvimento e de Equalização.

**Parágrafo único** - Em caso de dissolução e liquidação da sociedade os saldos dos fundos sociais obrigatórios terão a destinação prevista em lei.

**Artigo 103** - As perdas anuais apuradas serão rateadas entre os associados, se insuficiente o Fundo de Reserva.

**Artigo 104** - O balanço geral anual da sociedade se comporá dos resultados contábeis verificados.

**Parágrafo único** - Os resultados serão apurados separadamente, segundo a natureza das operações ou serviços.

## **CAPÍTULO VIII DOS LIVROS SOCIAIS**

**Artigo 105** - Para os registros próprios, além dos obrigatórios por lei, manterá a sociedade livros de:

**I** - matrícula;

**II** - atas de cada órgãos de administração;

**III** - presença de associados nas Assembléias Gerais.

**§ 1º** - Poderão ser adotadas folhas soltas ou fichas, para se constituírem em livros.

**§ 2º** - Todos os livros conterão termos de abertura e de encerramento, e numeração em suas folhas, rubricadas estas pelo Presidente.

**Artigo 106** - No livro de matrícula, que poderá ser substituído por lançamentos em programa de computação, serão assentados, por ordem cronológica de admissão:

**I** - dados sobre a pessoa do associado titular;

**II** - data de ingresso e, quando for o caso, de sua saída;

**III** - a conta corrente das respectivas quotas partes do capital social.

**Parágrafo único** - O número da matrícula é pessoal e não poderá ser reutilizado com a saída do associado que com ele estava inscrito.



## **CAPÍTULO IX DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

**Artigo 107** - A sociedade se dissolverá de pleno direito:

**I** - por deliberação da Assembléia Geral, desde que vinte associados pessoas físicas não se disponham a assegurar sua continuidade;

**II** - devido à alteração de sua forma jurídica;

**III** - quando o número de associados se tornar inferior à quantidade mínima de associados, pessoas físicas, necessária a compor a administração da sociedade, salvo se até a Assembléia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a seis meses, eles forem restabelecidos;

**IV** - pelo cancelamento da autorização de funcionamento;

**V** - pela paralisação de suas atividades por mais de cento e vinte dias.

**Parágrafo único** - Não promovida voluntariamente a dissolução, nas hipóteses previstas neste artigo, a medida poderá ser tomada juridicamente, a pedido de qualquer associado ou de quem detenha essa competência.

**Artigo 108** - Decidida a dissolução pela Assembléia Geral, nomeará ela um ou mais liquidante, e um Conselho Fiscal Especial de três membros, para proceder à sua liquidação, nos termos da legislação vigente.

**§ 1º** - A Assembléia Geral poderá destituir qualquer dos nomeados, designando substituto.

**§ 2º** - O remanescente do patrimônio será destinado a:

**I** - sociedades congêneres em funcionamento na sede da sociedade, em partes iguais, nas quais ficam assegurados os direitos dos associados da entidade dissolvida;

**II** - aos associados, seus herdeiros ou sucessores, na hipótese de inexistir na sede da sociedade congêneres desta.

## **CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 109** - Os associados não impedirão, sob pena de eliminação, que, a qualquer tempo, a sociedade promova derivações dos ramais instalados para atendimento a outros associados ou a terceiros, nos casos permitidos em lei, reconhecendo expressamente que todas as redes, linhas, ramais ou acessórios são de propriedade da sociedade, nos limites da legislação em vigor, até o ponto de entrega de cada um.

**Artigo 110** - Não se distribuirá benefícios atinente às quotas partes do capital, exceto o referido no inciso III do artigo 23, nem estabelecerá outras vantagens ou privilégios, de qualquer espécie, em favor de associado ou terceiro.

**Artigo 111** - A sociedade observará neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

**Artigo 112** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos de administração da sociedade.

## **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 113** - Este Estatuto Social, aprovado pela Assembléia Geral, de caráter extraordinário, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três, entra em vigor nesta data e reforma o registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob número 13.802/97-5, suas alterações de números 58.802/98-8, 66.060/03-5, 342.126/04-0, 99.445/05-0, 96.967/06-7, 335.906/07-2, 118.284/09-5, e, 264.816/21-3, dando-lhes nova redação e passando a substituí-lo, revogadas todas as disposições anteriores.

Porto Ferreira, 28 de fevereiro de 2023.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. Ribaldo Filho', with a stylized flourish at the end.

Henrique Ribaldo Filho  
Presidente